

PROJETO DE FORMAÇÃO DOS DIRIGENTES SINDICAIS DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO PARANÁ (APP – SINDICATO): TEORIA E PRÁTICA DA COMUNICAÇÃO SINDICAL

Francieli Araujo (autora)

Discente da Universidade Estadual de Londrina (UEL) – P.R
franaraujouel@yahoo.com.br

Ariovaldo de Oliveira Santos (co-autor)

Prof. Dr. Associado da Universidade Estadual de Londrina (UEL) - P.R

Este estudo versa acerca do Projeto de Formação dos Dirigentes Sindicais, promovido pela entidade APP – Sindicato em conjunto com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e Universidade Federal do Paraná, entre os anos de 2007 a 2009.

Desse modo, verificou-se primeiramente que programa é composto por quatro eixos temáticos, a saber: 1- concepção política e sindical; 2- formação de dirigentes sindicais; 3- planejamento e administração sindical e 4- temas transversais.

Diante do apresentado, buscou-se enfatizar em nossa pesquisa o segundo eixo temático que trata da formação de dirigentes sindicais, por meio da apostila “Teoria e Prática da Comunicação Sindical” (2008).

Este fascículo parte do princípio de que a comunicação sindical é um componente imprescindível na politização da classe trabalhadora. Para tanto, propõe-se discutir como as empresas de comunicação agem para difundir suas idéias estabelecendo o contraponto a esta prática a partir da proposta de uma comunicação sindical própria (SANTIAGO; GIANNOTTI, 2008).

É exatamente em relação a esta proposta de trabalho sugerida pela APP - Sindicato que pauta-se a nossa investigação, isto é, o propósito é de investigar o processo de formação dos dirigentes da Associação dos Professores do Paraná (APP – Sindicato), priorizando a temática teoria e prática da comunicação sindical.

Esta análise é de importância uma vez que, a proposta da apostila da APP - Sindicato destaca que a comunicação sindical deve pautar-se na práxis, ou seja, deve abranger a teoria e prática para formar novas lideranças políticas com o intuito de contribuir com a discussão da realidade da escola pública e os desafios postos aos educadores.

Objetiva-se, com isso, analisar potencialidades e limites da pedagogia de formação proposta pela entidade APP - Sindicato às suas bases de professores e funcionários de escola. Para esta análise, faremos recurso a conceitos utilizados pelo campo da teoria marxista, mas, também, alguns forjados pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, mais especificamente, a saber, os conceitos de **violência simbólica** e **arbitrário cultural**.

Dessa forma, cabe pontuar que a apostila coloca um problema essencial, qual seja compreender a práxis da comunicação sindical e a realidade tal como ela é. A questão é saber se o encaminhamento proposto pelo material da APP- Sindicato realiza esta finalidade de modo a ser capaz de produzir um agir de acordo com o conhecimento da realidade.

Na apostila de autoria de Claudia Santiago e Vito Giannotti¹, a comunicação sindical está em constante embate ideológico com a comunicação dos grandes grupos econômicos (2008, p. 4). Neste âmbito observa-se que há correlações de forças existentes entre aquela comunicação proposta pelos “dominantes” (a comunicação construída pelos grandes grupos econômicos) e a dos “dominados” (a sindical). Estas propostas estão distantes de serem neutras, pois, reconhece a apostila, que na comunicação dos dominantes concretiza-se, também, o processo de dominação econômica, ideológica e política.

É importante reconhecer que essas correlações de força ocorrem no interior da sociedade de classes, onde há um ordenamento social que garante a manutenção da classe hegemônica.

Santiago e Giannotti (2008), ao distinguir a comunicação proposta pelos grandes grupos econômicos e a sindical, deixam de pontuar que é de uma compreensão específica que se está falando, a da sociedade de classes. Assim, restringem a discussão afirmando que a posição econômica dos indivíduos e classes sociais condiciona o uso da linguagem, ou seja, a estrutura econômica incide sobre a comunicação (2008). E reiteram dizendo:

Se quisermos disputar a hegemonia de ponto de vista da comunicação, há duas coisas a fazer: primeiro perder as ilusões com a mídia da outra classe. Segundo parar de choramingar e criar e fortalecer a nossa mídia. A mídia da nossa classe (SANTIAGO; GIANNOTTI, 2008, p. 5).

Se considerarmos que a comunicação sindical proposta pela APP - Sindicato está na perspectiva do trabalhador, devemos, portanto, pensar que ela deveria levá-lo à compreensão da realidade tal como ela é, ou seja, a comunicação sindical deveria propor elementos suficientes à politização da classe trabalhadora. Em linhas gerais, no campo da teoria marxista, a comunicação sindical precisaria conduzir o trabalhador ao conhecimento da ciência, através da apreensão de certos elementos, fazendo-o superar a imediatividade dos processos e fenômenos sociais como sendo a realidade da estrutura social (PAULO NETTO, 2000).

Nesse sentido, cabe compreender que a comunicação de massa empreendida pelos grandes grupos econômicos e políticos, se estabelece no plano de legitimação dos interesses específicos e, por conseguinte, de legitimação da ordem instituída, a do capital. Portanto, não devemos encobrir o fato de que esta discussão se desenvolve no interior de uma sociedade de classes, na qual a dominante busca manter sua supremacia.

Ao se referirem a “mídia da outra classe” Santiago e Giannotti (2008, p. 04) empregam o termo “comunicação de massa”, com o intuito de exemplificar que esta se vale de alguns mecanismos para difundir seus “valores”, e assim manter sua posição enquanto detentora de uma hegemonia. A discussão ficaria mais bem fundamentada se os autores se propulsem compreender as contradições da realidade que são impostas pela ideologia do capital, no entanto, esta perspectiva é banida e o debate é desviado para outro âmbito, o da moral e da ética.

Para os autores, a comunicação de massa é um meio de dominação ideológica, que se utiliza de subterfúgios para coibir e manipular a sociedade. Desse modo, os autores expõem que:

[...] a preocupação com o papel da comunicação de massa é com a cultura popular e o gosto estético. Sabemos que a mídia aceita cada vez mais a vulgarização e a formação de uma sociedade sem capacidade crítica e conformada com a ordem vigente (SANTIAGO; GIANNOTTI, 2008, p. 4).

A comunicação de massa não é dirigida a um público específico, trata-se de um termo abstrato, já que não se refere a um grupo em particular. A “cultura popular” e o “gosto estético” são também termos genéricos, que dão base ao senso-comum e

por isso precisam ser superados. O que é importante observar é que estas manifestações impedem a criação de uma nova cultura, e conseqüentemente contribui para a formação de uma sociedade acrítica.

Nesta esfera de dominação ideológica, a comunicação pode contribuir para a manutenção da ordem vigente. E para a legitimação da ideologia dominante é preciso que o corpo de profissionais, isto é, os formadores de opiniões, responsáveis pela elaboração da comunicação dissemine tal ideário. Dessa forma, é preciso que a legitimação da classe dominante ocorra com o consentimento do dominado.

Ao afirmar que a comunicação de massa tem o intuito de dominar a consciência da classe trabalhadora, podemos perceber que na apostila “Teoria e Prática da Comunicação Sindical” (2008), os autores não conseguem empreender uma discussão com os elementos necessários para politização da classe, pois não vinculam o fenômeno (comunicação sindical deficitária) a essência (sociedade capitalista), ficando somente com a representação da realidade.

Seria necessário que o fizessem na tentativa de empreender uma formação sindical que objetiva-se fazer o trabalhador a pensar dialeticamente e assim intervir no movimento sindical de acordo com a realidade. É somente através do pensamento dialético que se torna possível superar o pensamento comum, da práxis fetichizada que é tido como real, mas que na verdade é o mundo da aparência das representações (KOSÍK, 1976).

Ademais, apontam para a necessidade de superar os problemas gerais da educação do nosso país, bem como as dificuldades da vida profissional dos educadores através de uma boa comunicação sindical (SANTIAGO; GIANNOTTI, 2008). Nesta perspectiva, os autores afirmam que:

Com uma comunicação que comunique, que use todas as ferramentas disponíveis, do boletim ao carro de som, do jornal ao cartaz, à internet. Só assim poderemos mostrar que as mudanças que se impõe a nosso País passam pela educação que nós damos a centenas de milhares de alunos e alunas que passam pela gente. Só assim, poderemos mostrar as mudanças estruturais e culturais que são necessárias para chegar a ter um outro Brasil, um país justo e solidário (id, p. 13).

Independente dos recursos utilizados para a divulgação da comunicação sindical é preciso pontuar que as dificuldades postas à educação e a seus profissionais são reflexos de uma sociedade capitalista desigual. Esta é a função do educador sindical, desmistificar falsos discursos baseados no senso-comum, que fazem perpetuar a ideologia dominante, muito presente na sociedade.

E com a preocupação de divulgar a comunicação do sindicato a grande massa, Santiago e Giannotti (2008) destacam os meios possíveis de serem utilizados, e pontuam:

Quando falamos em comunicação de um sindicato, logo pensamos no jornal, num boletim ou num panfleto. Esta é a primeira que nos vem à mente. Mas há muito mais ferramentas que são ou podem ser usadas por aqueles interessados em fazer uma comunicação diferente. Uma comunicação voltada para o público específico, para uma classe específica (SANTIAGO; GIANNOTTI, 2008, p. 9).

Além dos meios tradicionais já destacados pelos autores, enfatiza-se a necessidade de ampliar este leque de possibilidades. O rádio, a TV e também a internet, são considerados na atualidade meios eficazes na disseminação da comunicação sindical. Assim, Santiago e Giannotti (2008), afirmam que é necessário investir nestes novos meios de comunicação, já que eles oferecem agilidade e eficácia na disseminação das informações. Nesse sentido, o projeto de formação de novos dirigentes afirma que:

Para a comunicação sindical enfrentar com sucesso a disputa da hegemonia, é necessário não se contentar com o uso de jornais e panfletos, nem com programas de rádio e nem com eventuais carros de som (p.12).

Em síntese, para Santiago e Giannotti (2008) a comunicação sindical deve trabalhar com um tipo de linguagem se utilizando de certos capitais, com o intuito de mobilizar sua posição na hierarquia social.

Com a intenção de propor uma comunicação sindical que evidencie a “luta do dia a dia” dos profissionais da educação, os autores buscam expressar as condições

de trabalho ditas “precárias”. A questão salarial, a violência nas escolas entre outros “problemas reais”, estão no cerne da discussão dos sindicatos dos educadores, assim, Santiago e Giannotti pontuam que:

Nossa comunicação tem que dar conta do desafio de falar para os profissionais da educação e para os pais e mães dos nossos alunos e com toda a sociedade. Precisamos falar dos salários de miséria que recebemos. Mostrar para toda a população que para ter uma remuneração que dê para viver, precisamos pipocar de um trabalho para o outro, chegando a ter até três empregos (2008, p. 12).

Compreendemos que nessa leitura arbitrária da comunicação sindical realizada por Santiago e Giannotti (2008), perde-se a possibilidade de romper com uma comunicação excludente, uma vez que a discussão se limita em comparar a comunicação de massa (mídia das grandes corporações) com a sindical (mídia específica). Esta crítica reducionista torna-se insustentável, na medida em que “reduz o singular ao universal abstrato” (KOSÍK, 1976, p.27). O debate aponta a mídia como um ser demoníaco, reproduzindo o pensamento comum que se caracteriza como realidade. Isso se dá “porque o aspecto fenomênico da coisa é produto natural da práxis cotidiana” (id, p. 15).

A preocupação central nas análises de Santiago e Giannotti (2008), está em promover uma comunicação sindical que se utilize de um certo tipo de linguagem que seja compreendida com facilidade pelos trabalhadores. Dessa forma, expressam que é preciso “uma comunicação que não seja uma muralha para impedir a compreensão do que nós queremos comunicar” (id, p.14). Nesta tentativa, os autores já pré-definem o grau de compreensão e a capacidade reflexiva dos educadores.

Ao enfatizar a necessidade de uma linguagem acessível aos trabalhadores da educação, os autores propõem uma formação baseada no senso-comum, empobrecendo a discussão com idéias e conceitos rasos que não atingem a realidade profunda das coisas. Assim pontuam que:

Nossos ouvintes ou leitores saberiam ler e entender um discurso ou um texto. Se fosse claro e direto. Se fosse falado,

ou escrito, com palavras comuns, que todos conhecessem (SANTIAGO; GIANNOTTI, 2008, p. 16).

A pouca escolaridade seria segundo os autores um obstáculo para a compreensão da realidade. “A pouca escolaridade é a grande muralha. A grande barreira” (SANTIAGO; GIANNOTTI, 2008, p. 15). Atribui-se aqui a ideia de escolaridade com formação de sujeitos mais críticos. No entanto, sabemos que a educação, em especial a escolar, também pode ser utilizada como mecanismo de reprodução da ordem vigente, ou seja, ela não necessariamente dá base a uma formação mais crítica, como pode levar a uma compreensão vaga do real. Nesse sentido, esclarecemos que o conhecimento da realidade não está fundamentalmente ligado ao grau de escolaridade do sujeito. E nesta compreensão limitada do que é educar, se exclui o fato de que a educação não ocorre somente nos bancos escolares. Ao desconsiderar a formação em ambientes não-formais Santiago e Giannotti (2008), subtraem a possibilidade de se aprender criticamente fora da instituição formal.

Assim, cabe a necessidade de desmistificar discursos como este: “Há varias barragens que dificultam a compreensão de um discurso, ou de um texto. A maior delas [...] é a da escolaridade insuficiente, deficiente ou falha (SANTIAGO; GIANNOTTI, 2008, p. 15). A classe dominante busca incutir a idéia de que a “pouca escolaridade” torna-se um impedimento para a compreensão da comunicação e assim da realidade. Esta passa a ser uma idéia disseminada e, portanto, interiorizada e naturalizada pelos demais, ou seja, pelos dominados, tornado-a legítima. Neste discurso podemos compreender que a violência simbólica reside na interiorização de elementos que se tornaram ativos na sociedade.

A formação pedagógica proposta pelos autores é dessa forma, baseada no inapropriado senso-comum. Visualizamos com isso que Santiago e Giannotti (2008) se fundamentam em idéias de massa que não traduzem a compreensão de mundo. Exemplificamos expondo:

A pobreza, o abandono, o descaso, o desinteresse pela educação que o poder público, até hoje, dispensou aos nossos filhos e filhas, netos e netas, bisnetos e bisnetas da senzala criaram uma enorme muralha. Esta é suficiente para impedir que 80% da população compreenda o significado da palavra

compreensível, intransponível ou insuperável ou a simples palavra otimista (SANTIAGO; GIANNOTTI, 2008, p. 16).

No empobrecimento das reflexões, os autores perdem a possibilidade de discutir a complexidades dos fatos, isto é, eles não conseguem pensar os grandes complexos da vida social. Nesta medida, se obscurece o fato de que é de uma compreensão específica que está falando, a sociedade de classes.

Compreendemos que esta possível leitura da comunicação sindical realizada por Santiago e Giannotti (2008) no periódico “Teoria e Prática da Comunicação Sindical” trata-se de um arbitrário cultural, pois afirmam que para cada classe social deve haver um tipo de comunicação. E diante desta compreensão do caráter das relações sociais, a classe dominante passa a se justificar, enquanto detentora de uma hegemonia, de uma verdade universal, que legitima a ação entre dominados e dominantes, onde reside o núcleo da violência simbólica. A violência simbólica tem o poder assim, de impor significações (definições da realidade) para a ação.

Dessa forma, a preocupação dos autores com a comunicação sindical de fácil compreensão se dá de forma intencional uma vez que, o pretendido é alcançar o maior número de pessoas possíveis. Isto significa que a preocupação não está na qualidade do discurso, mas sim na quantidade de pessoas que irá atingir. Com efeito, Santiago e Giannotti (2008), buscam no decorrer da apostila explicar como os novos dirigentes podem se comunicar de maneira compreensível, porém a nosso ver pouco fundamentada.

Nesse sentido, observa-se adiante que os autores se utilizam da linguagem de conceitos. O primeiro termo que é citado em demasia pelos autores e o “intelectualês” (SANTIAGO; GIANNOTTI, 2008, p. 17). Assim, afirmam que a linguagem intelectual cria uma barreira à compreensão daqueles que possuem pouca escolaridade:

A linguagem de quem tem uma alta escolaridade, na maioria dos casos, se transforma numa barreira altíssima, **impossível** de ser superada por quem não tem escolaridade nenhuma, ou mal terminou seus oito anos básicos (grifo meu) (id, ibid).

Trata-se de uma proposta equivocada, pois se baseia no senso-comum. Os autores se enganam ao afirmar que a escolarização é a única capaz de formar indivíduos aptos a interpretar a linguagem escrita e falada. A formação crítica e a escolarização não podem ser tratadas como sinônimos.

E através da linguagem dos conceitos, os autores continuam afirmando que há uma “barreira” entre a linguagem intelectual e aquela dos que possuem poucos anos de escolaridade.

O intelectualês não significa nenhuma exclusão para quem domina. Ele é a total exclusão para quem não é do meio. Quem não é do grupo, da ‘patota’. É exatamente que tem pouca escolaridade. É a inclusão somente de quem possui uma alta escolaridade. Obviamente, desta inclusão reduzidíssima decorrem as inclusões dos outros. A exclusão de quem não possui esta mesma qualificação (SANTIAGO; GIANNOTTI, 2008, p. 16).

Em síntese, Santiago e Gianotti (2008) assinalam que a formação educacional seria a causa de uma linguagem intelectualizada e por isso de difícil compreensão, para muitos sindicalizados, professores e funcionários. É evidente que este tipo de discurso afasta o interesse pela formação educacional.

Outros termos como sociologuês, economês, são citados em tom pejorativo pelos autores com o intuito de exemplificar que a linguagem desses grupos só é compreendida entre os seus pares. Todavia, nossos pares são a classe trabalhadora, a qual o intelectual também pertence. Nesse sentido, exemplificamos:

Crime não é falar intelectualês. Esta é uma língua boa bonita e gostosa. E utilíssima, se falada com quem a conhece. Crime é não desconfiar que nem todo mundo entende, fala e escreve este idioma (SANTIAGO; GIANNOTTI, 2008, p. 23).

E no esforço de simplificar, os autores confundem linguagem com idioma. A proposta da apostila “Teoria e Prática da Comunicação Sindical” baseia-se explicitamente em combater a comunicação excludente:

O intelectualês, o doutorês, assim como todos os seus irmãos – economês, informatiquês, psicologuês, juridiquês, etc. – são o reino da anticomunicação para a massa. Para os milhões! Representam uma comunicação que exclui (grifo dos autores) (id, ibid).

No entanto, é impossível romper com a idéia de uma comunicação excludente, de acordo com a apostila, pois de certa forma os autores, já pré-definem o grau de compreensão do trabalhador e o tipo de leitura que terão acesso.

Em suma, os autores com este material pouco ou nada contribuem para a formação de novos dirigentes sindicais, pois perdem a possibilidade de construir um conjunto de idéias enquanto complexo, já que o fazem de forma a operacionalizar os elementos empíricos do cotidiano, isto é, baseiam-se no senso-comum. Dessa forma, a comunicação contra hegemônica proposta pelos autores está calcada em um discurso que não consegue refletir acerca da complexidade da sociedade, dos movimentos sindicais, e assim torna-se impraticável a formação de novos dirigentes com este tipo de pedagogia simplificadora.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. (tradução de Lucy Magalhães). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1998.

KOSÍK, Karel. *Dialética da totalidade concreta*. In: *Dialética do Concreto*. Tradução: Célia Neves de Alderico Toríbio. 2ª Ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1976.

PAULO NETTO, José. *Para a crítica da vida cotidiana*. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. NETTO, José Paulo. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. 5ª Ed. São Paulo. Cortez, 2000.

SANTIAGO, Claudia; GIANNOTTI, Vito. *Teoria e Prática da Comunicação Sindical*. Programa de Formação da CNTE/APP - Sindicato. Curitiba - PR, 2008.

[1](#)Vito Giannotti é sociólogo e membro da CUT (Central Única dos Trabalhadores). Atua no movimento sindical desde 1990 e ajudou a fundar NPC (Núcleo Piratininga de Comunicação).